



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA
DEPARTAMENTO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA E AO
COMITÊ INTERMINISTERIAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Técnico de Natureza Temporária com o objetivo de elaborar proposta de regulamentação e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões - SBCE (GTT/SBCE).

5ª REUNIÃO GTT SBCE

Data: 05 de março de 2024 - das 9h às 11h

Local: Ministério da Fazenda, Bloco P, sala na sala R1 e R2, 3º andar; e via Teams (reunião híbrida).

Membros presentes:

Órgão	Representante	Cargo
Ministério do Meio Ambiente	Aloisio Lopes Pereira Melo (Titular)	Diretor
	André Luiz Campos de Andrade (Suplente)	Diretor
Ministério da Fazenda	Cristina Fróes de Borja Reis (Titular)	Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Secretaria de Política Econômica
	José Pedro Bastos Neves (Suplente)	Coordenador-Geral de Estrutura Produtiva e Sustentável da Secretaria de Política Econômica
Presidência da República - Casa Civil	Diogo Victor Santos (Titular)	Assessor Técnica na Secretaria Adjunta IV da Secretaria Especial de Análise Governamental
Ministério da Agricultura e Pecuária	Adriano Santhiago de Oliveira (Titular)	Coordenador-Geral de Mudanças Climáticas, Florestas Plantadas e Agropecuária Conservacionista
	Luis Eduardo Pacifici Rangel (Suplente)	Auditor Fiscal Federal Agropecuário - CGMC/DEPROS/SDI-MAPA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Antônio Marcos Mendonça (Titular)	Coordenador de Mudanças Ambientais Globais
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	Vinicius M.T. de Freitas	
Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	Beatriz Soares da Silva (Titular)	Coordenadora-Geral de Finanças Verdes
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	Átila de Azevedo Caparrosa (Suplente)	Coordenador-Geral de Sustentabilidade e Adaptação e Mudanças Climáticas
Ministério de Minas e Energia	Leandro de Oliveira Albuquerque (Titular)	Assessor Especial
	José Nilton de Souza Vieira (Suplente)	Coordenador-Geral de Etanol e Biometano
Ministério de Planejamento e Orçamento	Luciana Machado Teixeira Fabel (Suplente)	DIATPS/Secretaria Nacional de Planejamento/MP
Ministério das Relações Exteriores	Bruno Carvalho Arruda (Suplente)	Subchefe da Divisão de Ação Climática/MRE
Ministério dos Transportes	George Yun (Titular)	Coordenador-Geral
	Fani Mamede (Suplente)	Chefe de Serviço de Assessoria
AGU	Mariana Barbosa Cirne (Titular)	Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente
	Priscila Gonçalves de Oliveira (Suplente)	Chefe de Serviço de Defesa do Meio Ambiente, Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e Meio Ambiente

Convidados presentes:

Órgão	Representante	Cargo
DCOL/MMA	Camila Neves Soares Oliveira	Coordenadora de Projetos
SAG/CC	Gustavo Cupertino	Secretário Adjunto
MDIC/SEV	Marcelo Dourado	Diretor
DPMA/MMA	Leandro Gomes Cardoso	EPPGG

DPMA/MMA	Klenize Chagas Fávero	
MDIC	Gabriel Damasco do Vale	
Presidência	Rejane Marques Mendes	
Presidência	Karen de Oliveira Silverwood-Cope	
MDR	Delio Noel gomes de Carvalho	
Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA	Oscar Afonso da Silva Junior	
DCOL/MMA	Carlos Alexandre Príncipe Pires	
Secex/MMA	Lidiane Melo	

PAUTA:

1 – Apresentação dos membros do GTT SBCE

Os membros titulares e suplentes se apresentaram, bem como os demais presentes na reunião.

2 – Abertura dos trabalhos do GTT SBCE

A coordenação deste Grupo Técnico Temporário iniciou a reunião apresentando a pauta a ser discutida.

3 – “ITMOs no Brasil” - Apresentação MRE

Após a abertura, foi realizada uma apresentação sobre o tema “ITMOs no Brasil”, incluindo o foco sugerido para o trabalho no âmbito do CIM, elementos a serem definidos prioritariamente, critérios e procedimentos (trilho 1 e 2), além de reserva e aquisição de ITMOs.

Houve destaque para a crescente demanda via contato de países, organizações, empresas e agentes políticos.

A apresentação foi finalizada com comentários a respeito da complexidade da implementação dos ITMOs no Brasil, seguida de um debate quanto ao foco da discussão dentro do CIM.

Foram identificados quatro pontos de foco para a discussão: (i) a trajetória da NDC brasileira e o horizonte temporal; (ii) definição dos resultados dos ITMOs dos entes públicos e privados; (iii) periodicidade de autorização e negociação, e a relação de

desempenho em termos de emissões; e (iv) modalidades atrativas de investimentos, incluindo os riscos envolvidos e por onde iniciar.

Foi argumentado que o Brasil se encontra em um dilema: ou cumpre a NDC ou maximiza a contribuição do Brasil para descarbonização global. Ou seja, por um lado prioriza-se o cumprimento das metas e, por outro, o recebimento de investimentos para patrocinar projetos e efetivamente reduzir as emissões. Foi argumentado que priorizar NDC é a pior opção, pois as metas brasileiras são muito ambiciosas e, sem investimento externo, o Brasil não otimizará o potencial de reduções de mitigação.

Foi alertado que caso se opte pela limitação de entrada dos projetos, teremos que contabilizar as reduções que estão sendo perdidas. Foi argumentado que projetos não estão sendo atraídos devido a limitação de comercialização desses créditos e precisamos avaliar como isso impacta o cumprimento das nossas metas.

Referente a essa questão, foi esclarecido que o art. 6.4 do Acordo de Paris oferece um trilha próprio de cooperação. As empresas ainda podem financiar, apoiar projetos em um país e mostrar os resultados de mitigação que tiveram. Caso o país sede daquela empresa deseje contabilizar isso na sua NDC, ele precisará de uma autorização para ocorrer a transferência. Por isso, antecipa-se que existe uma demanda maior, um preço maior por esse tipo de crédito.

Comentou-se sobre a possibilidade de trabalhar nas simulações das trajetórias de emissões, o que é perfeitamente possível, uma vez que o MCTI vem investindo no SINAPSE (sigla para Simulador Nacional de Políticas Setoriais e Emissões), que é o simulador de políticas e emissões. A partir dele, teríamos condições de avançar nessa questão para monitoramento das NDCs e trajetórias de emissões.

Foi abordada a questão dos leilões e a falta de clareza. Como alternativa, sugeriu a criação de apenas um sistema de ranqueamento, sem caráter arrecadatório. O segundo ponto tratou da diferença entre as trilhas: uma olha o resultado para trás e a outra olha para frente. Destacou que os projetos que chegam no Brasil são de 15-20 anos.

Foi mencionada a complexidade do orçamento de carbono e seu mercado dividido em setores. Sinalizou-se a preocupação com a venda de cota para fora e ressaltou-se que isso tem que estar previsto na trajetória brasileira. Sugeriu-se começar aprendendo o que é o mercado e só depois comercializar para fora.

Afirmou-se que a palavra leilão é inadequada, já que não é arrecadatória. A ideia é estabelecer o critério baseado no valor dos ativos ITMOs. Concordou-se em não se trabalhar com a trilha 2 até que se entenda melhor o mercado.

Diante da complexidade do tema, foi proposto a criação de um subgrupo para discutir ITMOs. Ficou combinado que o subgrupo terá validade de 30 dias prorrogável por mais 30 dias. Os interessados em compor o subgrupo deverão se manifestar em resposta ao e-mail do CIM, que será enviado em breve.

4 – Órgão Gestor

Foram apresentados os possíveis arranjos para um modelo de gestão do SBCE, incluindo cinco modelos.

Foi discutido entre os membros deste GTT os modelos de gestão que mais se aplicavam ao contexto do CIM, a partir de definições sobre quem exercerá a regulamentação, a implementação, o monitoramento, a fiscalização e as sanções relacionadas ao sistema.

Falou-se na necessidade de se elaborar um estudo comparativo com todas essas alternativas de órgão gestor, incluindo o cálculo das estimativas orçamentárias que poderá ser detalhado pelo MPO.

Foi informado que o Banco do Brasil se dispôs a desenvolver um sistema para o comércio de emissões de forma gratuita para o Estado, em conjunto com o MCTI.

Foi combinado a elaboração de uma minuta de Nota Técnica pelo MGI, que será encaminhada aos representantes deste Grupo para conhecimento e eventuais contribuições.

4 – Informes

Foi realizado um breve informe a respeito da Nota Conceitual sobre Registro a ser elaborada por um consultor do Banco Mundial em estreito contato com o MF. A estimativa de entrega será no fim do mês.

Além disso, foi mencionada a apresentação dos resultados da análise sobre os impactos do SBCE em algumas macro-variáveis (PIB, emprego, descarbonização e desmatamento), que serão apresentadas na próxima reunião.

Foi informado sobre o início do curso da Adelphi sobre ETS (sigla para Emissions Trading System), no dia seguinte, no qual a maioria dos membros estão inscritos. Destacou-se os dias das aulas, o número de participantes inscritos (64) e pediu que verificassem o recebimento do link em seus e-mails.

5 – Conclusão e próximos passos

A reunião foi finalizada, confirmando a data da próxima reunião, dia 19 de março de 2024, às 9h.